



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – CNPJ Nº 18.960.233/0001-00

DECRETO Nº 05, DE 03 DE JULHO DE 2024

**“REGULAMENTA O ART. 496, II,
DA RESOLUÇÃO Nº 31, DE 22
DE DEZEMBRO DE 2.022 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

ROGER FERNANDES GASQUES, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art. 1 As multas aplicadas no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CIOP – SIM-CIOP terão como valor máximo o correspondente a 700 (setecentas) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESP, cuja conversão em moeda corrente far-se-á pelo valor da UFESP vigente à data da lavratura do Auto de Infração, conforme previsto na legislação municipal de implantação do Serviço De Inspeção.

Art. 2 O montante da multa será determinado pela soma dos valores individualmente correspondentes às infrações cometidas e classificadas pela sua gravidade, em conformidade aos preceitos da legislação vigente.

Art. 3 Ao final do processo administrativo gerado pelo auto de infração, o autuado, por meio de intimação, será informado do valor da multa arbitrada, o prazo e a forma para pagamento e o meio pelo qual deverá ser enviado o comprovante de pagamento.

Art. 4 Os pagamentos das multas aplicadas pelo SIM-CIOP serão realizados por meio de boleto bancário. O boleto que não for pago no seu vencimento será cancelado automaticamente. O interessado deverá solicitar ao setor de finanças do CIOP, a emissão de novo boleto com acréscimo de atualização pelo IPCA conforme Resolução nº 3, de 19 de janeiro de 2.024, acréscimo da tarifa bancária correspondente, bem como, juros de mora de 1% ao mês.

Art. 5 O comprovante de pagamento, que deverá ser enviado ao SIM-CIOP no prazo de cinco dias corridos, contados da data do vencimento do prazo para pagamento, nos termos do art. 4 supra, servirá como prova de quitação.

Parágrafo Único: Na hipótese de não apresentação do comprovante no prazo estabelecido, a autoridade competente, por meio de despacho, mandará diligenciar ao Setor Financeiro para que este certifique o pagamento ou o não pagamento, conforme o caso.

Art. 6 Comprovado o pagamento, a autoridade competente certificará-lo-á nos autos e declarará extinto o processo administrativo gerado pelo auto de infração, caso a única penalidade aplicada seja a de multa e não haja nenhuma outra questão a ser resolvida.

Art. 7 Não havendo pagamento no prazo estabelecido, a autoridade competente mandará cientificar o setor responsável, com cópia do respectivo processo administrativo, para fins de inscrição em dívida ativa e adoção de eventuais medidas legais cabíveis.

§ 1º Por ocasião da inscrição em dívida ativa, nos termos do *caput*, o débito será atualizado, de acordo com o índice IPCA, acrescido de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, cujo termo inicial será o primeiro dia subsequente ao vencimento.

§ 2º Realizada a inscrição do débito em dívida ativa, a autoridade competente certificará aos autos e, ocorrendo a quitação ou a prescrição, declarará extinta a respectiva punibilidade.

Art. 8 Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva contra a prática de infrações, nos termos da Resolução-CIOP nº 31/2022, contada da data de ciência do fato pela autoridade fiscalizante.

§ 1º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

§ 2º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o *caput* reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 9 Interrompe-se a prescrição da pretensão punitiva:

I - Pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - Por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - Pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

Art. 10 Prescreve em cinco anos a pretensão de executar a sanção aplicada.

§ 1º O termo inicial do prazo previsto no *caput* é a data em que se torna imutável a decisão que aplicou a sanção, seja pelo julgamento final do recurso apresentado pelo infrator, seja pela lavratura do termo de revelia.

§ 2º Interrompe-se a contagem do prazo previsto no *caput*:

I – No caso de multa:

- a) Pela intimação do infrator do auto de multa;
- b) Pela inscrição em dívida ativa do débito vencido e não pago, referente à multa aplicada;
- c) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução;
- d) pelo protesto judicial;

II – Nas demais sanções:

- a) a intimação do infrator para cumprir a sanção imposta;
- b) o início do cumprimento da sanção imposta;
- c) pelo despacho do juiz que ordenar a citação na ação judicial respectiva.

Art. 11 A prescrição somente pode ser interrompida uma vez, recomeçando a correr pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.

Parágrafo Único Sem prejuízo do disposto no *caput*, o prazo prescricional nunca será inferior ao total de cinco anos, ainda que seja interrompido.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Prudente, 03 de junho de 2024

ROGER FERNANDES GASQUES
Presidente do CIOP